



RESENHAS

AGUIAR, R.C. **Abrindo o pacote tecnológico**; Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo, Polis/CNPq, 1986. 156p.

A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA não foi um ato isolado do Governo federal, voltado tão somente para a correção de distorções do antigo sistema de pesquisa agropecuária coordenado pelo então Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária - DNPEA, do Ministério da Agricultura. Ela resultou de um conjunto de decisões que reorganizou o Estado brasileiro a partir do Decreto-Lei 200, editado em 1967, que deu respaldo à política de modernização da nossa economia, consolidando a sua internacionalização e dependência externa. É mais ou menos por aí que Ronaldo Conde Aguiar introduz a discussão deste seu livro que, na verdade, originou-se de um trabalho de tese apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Dois objetivos básicos orientam o plano da obra: em primeiro lugar, desvendar as causas e a amplitude da intervenção estatal no processo de modernização da agricultura brasileira. Depois, estudar a natureza e a importância do sistema nacional de pesquisa agropecuária como instrumento de ação do Estado na viabilização desse processo. Tudo isso com o pressuposto básico de que a criação do sistema cooperativo de pesquisa agropecuária, coordenado pela EMBRAPA, é fruto do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital.

Como primeira tarefa, o Autor se volta para a análise do contexto político em que se verificou a extinção do DNPEA e a criação da EMBRAPA. Para tanto, ele se fixa na análise da Portaria Ministerial que instituiu, em 1972, o grupo de trabalho encarregado de definir objetivos e funções da pesquisa agrícola consoante com o plano de metas e bases para a ação do Governo e na discussão do relatório elaborado por esse mesmo grupo. O relatório concluía sugerindo, enfaticamente, a criação

de uma empresa pública em substituição ao DNPEA, apresentando um novo modelo institucional e operativo de pesquisa como condição essencial para dar suporte ao ambicioso plano de modernização da agricultura brasileira.

Aqui, apontamos uma limitação do estudo, decorrente de uma revisão de literatura insuficiente, certamente em razão da dificuldade encontrada pelo Autor em ter acesso às fontes de informação. Na verdade, com o advento da EMBRAPA foi perdida a maior parte do acervo documental referente ao DNPEA, na medida em que as bibliotecas foram reestruturadas e especializadas por produto. Quem quiser melhores informações sobre o assunto terá de recorrer à memória dos pesquisadores mais antigos que pertenceram ao DNPEA, alguns dos quais ainda conservam uns poucos documentos remanescentes.

De uma forma ou de outra, o fato é que o Autor faz um corte a partir de 1972 para fundamentar a sua argumentação, afastando-se de uma análise histórica mais rigorosa a ponto de prejudicar o seu diagnóstico, fazendo-o chegar a resultados às vezes esquemáticos. Um exemplo disso é equívoco em supor que o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial n.º 143, de abril de 1972, tenha sido o marco inicial do processo: "A bem da verdade desde a constituição do Grupo de Trabalho que avaliou a adequação da pesquisa agropecuária aos objetivos nacionais, passando pela formulação e, depois, pela implantação do novo sistema, tudo ocorreu num espaço de tempo extremamente curto para os padrões da administração pública brasileira: pouco menos de 8 meses" (p.55).

Certamente, Ronaldo não teve acesso à Portaria Interministerial n.º 280, de 24 de julho de 1970, assinada pelos Ministros Cirne Lima, da Agricultura, e Reis Veloso, do Planejamento, que criou uma Comissão de Alto Nível formada por pesquisadores de universidades brasileiras e de órgãos federais e estaduais, cuja finalidade principal era "formular programa de expansão de atividades para o período de cinco anos de vigência do Acordo de empréstimo brasileiro-americano para a pesquisa agrícola". Um novo programa de pesquisa agropecuária era fundamental para dar suporte à política de modernização da agricultura brasileira. O respaldo financeiro para esta empreitada era garantido por empréstimo do governo americano, com a assistência técnica da USAID e do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA). O relatório da Comissão de Alto Nível seria literalmente apropriado, dois anos mais tarde, pelo Grupo de Trabalho que sugeriu a criação de uma empresa pública em substituição ao DNPEA. Este fato é de fundamental importância na reconstrução histórica da pesquisa agropecuária brasileira.

O Relatório da Comissão sugeria, na oportunidade, maior flexibilidade, autonomia administrativa e financeira para a pesquisa agropecuária; definição de uma política salarial compatível com a carreira do pesquisador; política de treinamento ao nível de mestrado e doutoramento em universidades do País e exterior; exercício da interdisciplinaridade nas ações de pesquisa; articulação estreita com os órgãos de ensino e extensão rural. Além disso, elaborou um plano operacional para a utilização dos recursos externos, consubstanciado no chamado Programa Especial de Pesquisa Agropecuária - PEPA que pode ter sido o embrião ou, no mínimo, fonte de inspiração para os que elaboraram o modelo que seria adotado mais tarde pela EMBRAPA. A finalidade do PEPA era a de aprimorar a capacidade técnica do DNPEA e outros órgãos de pesquisa do Brasil, mediante a elevação do nível científico dos pesquisadores (via cursos de pós-graduação) e a execução de projetos de pesquisa considerados prioritários para o desenvolvimento nacional. Pela primeira vez, eram concebidos os projetos nacionais de pesquisa por produto, desdobrados em subprojetos regionais dentro da perspectiva interdisciplinar, procurando reunir os melhores talentos nas universidades, órgãos federais e estaduais de pesquisa para a sua elaboração e execução. A coordenação desses projetos que chegaram a existir para seis produtos (arroz, feijão, soja, milho, sorgo e bovinos) ficaria a cargo de Comissões Nacionais formadas de pesquisadores de diversos órgãos públicos e privados entre aqueles de reconhecido gabarito profissional.

Diante dessas evidências há de se reconhecer que as reformas institucionais da pesquisa agropecuária viriam mesmo que o seu desfecho não tivesse sido, necessariamente, a criação de uma empresa pública, a EMBRAPA. Falava-se até na criação de um Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão Rural nos idos de 1970. Entretanto, esta observação não invalida as premissas estabelecidas por Ronaldo Conde Aguiar, segundo as quais as transformações operadas não ocorreram por motivações endógenas, mas tiveram origem num fato exterior, a reordenação do Estado para adequar-se ao processo de divisão internacional do trabalho, na articulação da economia nacional ao sistema produtivo mundial. Diga-se também que a intervenção do Estado como indutor da modernização agrícola, seja através da concessão de incentivos fiscais e financeiros, seja através do revigoramento dos sistemas de pesquisa e assistência técnica, foi de fundamental importância na consolidação do modelo econômico que ainda não foi esgotado, mas encontra-se à beira da exaustão. Entende-se que a EMBRAPA foi criada neste contexto e a sua função foi exatamente a de gerar tecnologia para viabilizar a modernização do campo, de acordo com a expectativa do Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), secundado pelo Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1971) e finalmente o Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974).

Ao privilegiar a geração de pacotes tecnológicos indutores do uso maciço de insumos modernos como o fez nos seus primeiros anos, a EMBRAPA serviu mais aos interesses dos grandes produtores e do complexo agroindustrial que se posta a montante (indústrias de máquinas, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos e sementes) e a juzante (indústrias processadoras de matérias-primas) do processo produtivo. Porém é, no mínimo, discutível a afirmação de que somente uma empresa pública pudesse viabilizar esta situação como sugere o Autor: "A criação da EMBRAPA inscreve-se nesse contexto. Ela era necessária. A articulação do Estado com as empresas multinacionais produtoras de insumos e processadoras de matérias-primas agrícolas seria impossível através de um organismo tipo DNPEA" (p.121). Quem se der ao trabalho de verificar o Programa Nacional de Pesquisa do DNPEA referente ao ano de 1972 encontrará pelo menos dois convênios: um com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A (SANBRA) e outro com a Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA), órgão dos fabricantes de fertilizantes químicos, para execução de pesquisas agropecuárias.

Merece, por conseguinte, uma análise mais cautelosa o diagrama apresentado pelo Autor (p.121), onde aparecem o capital internacional, a empresa multinacional e as indústrias produtoras de insumos e processadoras de matéria-prima como componentes de um mesmo polo, numa relação de complementaridade e de dominação/subordinação com outro polo formado pelo Estado, a empresa estatal e a EMBRAPA. Ainda que seja plausível do ponto de vista didático a argumentação sobre a associação orgânica entre os componentes do diagrama, nenhuma evidência empírica é realçada apontando esses laços orgânicos da empresa estatal EMBRAPA com as multinacionais de produtos agrícolas. Na forma de empresa pública, autarquia, instituto ou seja lá o que for, um órgão de pesquisa dentro do sistema capitalista ao impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas estará inevitavelmente trabalhando para acumulação do capital, vale dizer, atendendo prioritariamente aos interesses dos segmentos dominantes da sociedade até que uma alteração na correlação de forças leve a uma apropriação mais equânime dos meios de produção.

No posfácio do livro, escrito depois das alterações institucionais que deram origem ao governo de transição democrática, Ronaldo faz um comentário muito lúcido mostrando que as transformações ocorridas no Brasil se ativeram ao nível do componente político, não se verificando qualquer mudança no arranjo estrutural que determina o regime de acumulação vigente nos últimos vinte anos. E parece ter acertado quando afirma: "não acreditamos que a atual conjuntura política con-

duza a transformações essenciais no papel do sistema nacional de pesquisa agropecuária no processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional” (p.143). No momento em que fazemos este comentário, os jornais anunciam a decisão do governo em mudar nos próximos meses o modelo econômico em complementação às medidas econômicas que alteraram recentemente a política monetária. Às vésperas da eleição de um Congresso Constituinte, custa crer na possibilidade de uma mudança estrutural quando não se sabe que forças predominarão no próximo Congresso e de saída se sabe que não houve qualquer ruptura no equilíbrio de forças que sustentam o atual governo que, aliás, são as mesmas do período anterior a 1985. Qual o alcance dessa eventual mudança para uma possível alteração do papel da EMBRAPA no atual processo de acumulação? Vamos aguardar e conferir.

Não poderia encerrar este breve comentário sem creditar a Ronaldo Conde Aguiar o merecido elogio pelo lançamento deste livro polêmico, instigante e incisivo, que deverá merecer dos pesquisadores da EMBRAPA uma leitura atenta e sobretudo crítica. Certamente ele vai suscitar reações emotivas de auto-defesa no seio da Empresa, o que é perfeitamente compreensível. Contudo, o importante é analisar friamente os pontos críticos, seus acertos e equívocos que, ao nosso ver, longe de comprometerem a “imagem da instituição” poderão constituir elementos para uma discussão da sua prática de trabalho e do seu revigoramento.

A contribuição que a EMBRAPA tem prestado ao avanço da ciência e da tecnologia agrícola nos seus 13 anos de existência é inquestionável e reconhecida pela sociedade. A questão que estará sempre em pauta e merece a reflexão de todos é a seguinte: de que forma, dentro do atual quadro político, podem os pesquisadores atuar junto com a sociedade brasileira para reverter a tendência do sistema nacional de pesquisa de se direcionar cada vez mais para a legitimação e fortalecimento de um processo de acumulação infuquo? Nesta direção, mesmo apontando os equívocos certamente cometidos pelo Autor, é que vale a pena a leitura deste seu livro.

Cyro Mascarenhas Rodrigues
EMBRAPA/DDT